

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES

**A AUSÊNCIA DO CONSELHO ESCOLAR:
QUAL É A SUA IMPORTÂNCIA?**

Aluna: Janaina Andreza Beneli de Oliveira

Orientadora: Andréa Caldas

Curitiba, fevereiro de 2010.

A AUSÊNCIA DO CONSELHO ESCOLAR: qual é a sua importância?

Janaina Andreza Beneli de Oliveira

RESUMO: Este artigo vem enfatizar a importância da implementação dos Conselhos Escolares nas escolas públicas. Mostra como este órgão pode ser um forte aliado da gestão na democratização da escola, bem como sua contribuição para a melhoria da qualidade da educação. Ressalta a participação dos segmentos escolares na gestão democrática e na busca pela transformação deste espaço priorizando a coletividade nas discussões e decisões da escola. Tem o intuito de revelar as vantagens deste conselho, como órgão colegiado dentro da instituição escolar, bem como expor o quão importante se torna na transformação do cotidiano dos educandos, possibilitando uma maior participação e reflexão de todos na busca por uma sociedade mais igualitária. O objetivo deste artigo é contribuir para a reflexão contínua da sociedade sobre a educação que queremos a escola pública que almejamos e a gestão compatível com essa transformação, uma gestão mais democrática que possibilite a participação de todos no processo de transformação da realidade. Ele propõe a implantação do Conselho Escolar como mecanismo de mudança da realidade das escolas públicas, bem como sua parcela de contribuição na melhoria da qualidade da educação. Este artigo relata a experiência da Escola Municipal Maria Teixeira Georg do município de Rolândia, em instituir o Conselho Escolar como órgão colegiado, o qual até agora não fazia parte da organização da escola. Mostra também o envolvimento dos diferentes segmentos escolares no estudo e na construção deste órgão, bem como a participação e contribuição da comunidade externa nesta transformação da realidade escolar. Enfim, o presente texto apresenta reflexões sobre a gestão democrática e o conselho escolar como possível democratizado da prática social da educação.

Palavras chave: Conselho escolar. Democracia. Gestão Democrática. Participação.

1. INTRODUÇÃO

Repensar o papel da escola e resignificar sua função social é inevitável nos tempos atuais, principalmente quando se fala tanto em democracia e direitos humanos. Para tanto se faz necessário a busca de alternativas concretas e reais que transformem a educação e com isso possam contribuir para o sucesso da escola.

Foi pensando nesta busca pela democracia que foram criados os Conselhos Escolares¹, pois a gestão autoritária e monopolizada passou a não contribuir mais com a melhoria da qualidade de ensino, uma vez que o “poder” individualizado passa a deixar de fazer parte dos interesses do coletivo.

¹ - Conselho Escolar, LDB art. 14, II – Participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

A prática autoritária não pode mais ser aceita nos tempos de hoje na escola pública, pois diante do voto para eleição de diretor, que é um mecanismo de gestão democrática, a comunidade tem o dever de escolher seus gestores e ir além, exigir dele uma postura condizente aos princípios democráticos.

Cabe ao gestor administrar e controlar de forma consciente os recursos financeiros como estratégia de contribuição para sua autonomia financeira reconhecendo que o cidadão será tanto mais cidadão quanto menos for espectador e maior for seu compromisso com o bem comum ou com o interesse público. Não se pode esperar que apenas os segmentos escolares tomem consciência da importância da participação, é preciso criar condições e mecanismos que favoreçam e garantam a gestão participativa em substituição às práticas centralizadoras.

Considerando a importância desta mudança nas escolas públicas, Conselho Escolar vem contribuir para que essa democracia venha realmente se fazer valer. Por ser um órgão colegiado os Conselhos são importantes instrumentos que devem compartilhar a gestão da instituição escolar, pois é entendido como espaço de diálogo e tem como resultante, decisão conjunta.

O desafio de construir uma gestão democrática que contribua com o processo de construção de uma autonomia compartilhada pode ser alcançado mediante um Conselho Escolar ativo, deliberativo que esteja engajado com o processo ensino-aprendizagem. Com ele a instituição só tem a ganhar, uma vez que este é constituído por representantes da comunidade escolar atuando em conjunto, definindo caminhos e possibilitando a participação social.

Essa participação que compartilha direitos e deveres torna a gestão escolar verdadeiramente democrática, visando e priorizando a aprendizagem do aluno.

Na instituição escolar que trabalho o termo gestão compartilhada, não é desconhecido, tampouco o termo democracia, uma vez que estas já fazem parte do dia-a-dia de nossa escola e nossa prioridade sempre foi o bom desempenho dos educandos.

A Escola Municipal Maria Teixeira Georg localiza-se em um bairro central da cidade de Rolândia e conta com um prédio ampliado e bem distribuído, disponibilizando a professores e educandos um ambiente acolhedor e satisfatório.

Apesar de contar com uma clientela interessada e participativa, a escola ainda não apresenta um Conselho Escolar, contando somente com a APMF para auxiliá-la. No entanto esta realidade não é somente desta instituição escolar, mas

também das demais escolas municipais de Rolândia, apesar da exigência legal da implantação dos Conselhos prevista na Constituição 1988 art. 206

“Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios:
I – Participarão dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II – Participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes e também no PNE Lei 10.172, de 09/01/01“Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselho Escolares ou órgãos equivalentes”.

Em 2008 foi discutido em nosso município o PAR², tendo como uma das recomendações a instituição dos Conselhos Escolares nas escolas municipais visando a melhoria da educação básica, uma vez que em nosso município, até então, somente as escolas estaduais contam com este órgão.

Este artigo pretende abordar a experiência de implantação do Conselho Escolar na Escola Municipal Maria Teixeira Georg, no período de agosto e setembro deste ano de 2009.

Portanto buscaremos na literatura embasamento teórico e relatos que vêm comprovar a importância da participação dos Conselhos Escolares no processo de democratização da escola e na construção de uma educação de qualidade, que viabiliza a participação de todos neste processo de transformação.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A sociedade brasileira passou por várias fases do processo capitalista, bem como períodos ditatoriais, que nos fizeram aprender o valor de lutar pela reconquista e pela garantia da democracia, a qual nos capacitou para construirmos a representatividade de um povo. Democracia esta, participativa em que todos os cidadãos como sujeitos históricos conscientes e agentes de transformação, lutam pelos seus direitos legais exercendo o seu real papel de cidadão, ser político capaz

² (PAR) Plano de Ações Articuladas que é um importante passo para consecução do planejamento das ações que os entes da federação (Estados e Municípios) pretendem empreender para melhoria das condições da educação básica.

de questionar, participar e de transformar uma ordem social tão injusta e excludente da qual fazemos parte.

A escola vem contribuir para a formação deste indivíduo crítico e participativo, uma vez que sua função social é formar o cidadão e construir conhecimentos atitudes e valores que tornem o estudante um ser solidário, crítico, ético e participativo na sociedade da qual faz parte. Esta construção significativa da democracia participativa fundamenta-se pela gestão democrática da escola, que deve possibilitar a articulação e concretização dos interesses coletivos.

Depende da gestão democrática da escola a efetividade do processo de construção de uma cidadania emancipadora, requerendo autonomia, participação de todos e viabilizando posicionamentos críticos que combatam a idéia de hierarquia e monopolização do poder. Cabe ressaltar que as instituições escolares são únicas, com suas particularidades, no entanto elas só se fazem no coletivo.

A partir das novas demandas apontadas, conseqüentemente, novas práticas se apresentam para o gestor escolar, no sentido de assegurar a gestão democrática. Dentre elas, pode-se destacar a importância de sua relação com os conselhos escolares, grêmios estudantis e outras formas colegiadas de participação dos segmentos que compõem a escola e a comunidade local. É uma prática que, se de um lado, envolve a desconcentração do poder, de outro traz legitimidade e aderência de todos às ações do dirigente, posto que consensuadas. (GRACINDO, 2009, p.139)

O conselho escolar realmente tem um papel decisivo no processo de democratização da escola e na gestão democrática, uma vez que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento de toda a escola. Deve atuar em sintonia com o gestor e definir caminhos para a tomada de decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas da escola. (Programa Nacional de Fortalecimento aos Conselhos Escolares; CADERNO 1, 2004, p.20)

Com este aliado, todos são ouvidos e seus interesses são coletivizados no intuito de se fazer valer o direito de participação, deixando para trás a visão da gestão feita só por uma pessoa passando a ser um trabalho coletivo, contribuindo para o processo de construção da escola cidadã.

O principal objetivo deste trabalho coletivo é buscar alcançar uma educação de qualidade, relevante socialmente, que realmente faça a diferença na vida do

aluno. Para isso se faz necessário repensar a divisão do poder e das responsabilidades dos agentes da educação.

De acordo com GRACINDO (2009, p.139) a importância do consenso entre os segmentos envolvidos com a educação escolar, pois se estes órgãos, o qual o gestor tem como aliados, são colegiados, nada mais relevante do que o diálogo e o exercício da democratização de opiniões. Segundo ela a gestão escolar assume um papel de transformação social, uma vez que proporciona a solidariedade, inclusão e emancipação social como base para se chegar à educação de qualidade³. Se o gestor não tiver esta visão, passa a contribuir com a competitividade, o individualismo, bem como com a exclusão social e a evasão escolar, negando ao aluno a educação como direito de todo cidadão.

O gestor deve ter como objetivo o acompanhamento responsável do processo educativo da escola, almejando sempre uma educação emancipadora, e para isso ele deverá contar sempre com os órgãos colegiados que participam da escola. Estes devem permanecer atentos e agindo em consonância levando em consideração aspectos relevantes do processo educativo, tais como o PPP⁴ da instituição, a unidade do trabalho escolar, a escola como um todo, a aprendizagem, a avaliação, os espaços de participação, a solidariedade, enfim, articulando sua prática com a ação da busca da melhoria da qualidade da educação.

GRACINDO (2009, p.138) ressalta que o conselho escolar é uma política de governo que vem contribuir com a melhoria da educação, pois tem como objetivo aperfeiçoar a gestão democrática do ensino, visando uma nova formação e se compromissando com a construção da cidadania e de uma sociedade mais justa e igual para todos, uma vez que é composto por todos os agentes que fazem a educação acontecer.

É preciso tornar a participação parte integrante dentro do processo educativo das instituições escolares, fazendo desta um elemento de gestão da escola efetivando o diálogo a colaboração e o compromisso de transparência da administração escolar. É de suma importância que a comunidade escolar saiba

³ Gentili (1994), ao discutir essa visão, registra que a palavra qualidade em educação tem sido muito utilizada como uma “nova retórica conservadora no campo educacional”, num discurso utilitarista que reafirma uma postura que nega um processo educativo emancipador para as maiorias.

⁴ - (PPP) Projeto Político-Pedagógico. Documento que evidencia a identidade e filosofia da escola, construído por todos os segmentos da instituição escolar através de uma participação igualitária.

deste direito de participação e o cobre, pois se queremos ser agentes de modificação devemos começar a repensar nossa postura enquanto cidadão.

A forte presença do Conselho Escolar expressa à incorporação pelos sistemas de ensino da discussão largamente presente na literatura educacional acerca da importância de um espaço na escola que articule os diferentes segmentos em torno do projeto pedagógico e deste modo contribua para a construção coletiva de um ensino de qualidade: e, por outro lado expressa a incorporação das determinações legais, em especial da LDB acerca da necessidade da instituição de Conselhos Escolares ou similares. (OLIVEIRA;, et al., 2009, p.155)

O depoimento vem evidenciar que, a escola que instituir o conselho escolar como um órgão colegiado, estará simultaneamente cumprindo legalmente uma legislação; que afirma: “ os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público” e incorporando ao seu cotidiano uma nova visão de coletividade e representatividade de seus segmentos. Um espaço de troca de experiências, de diversidade cultural, de divergências construtivas, enfim uma oportunidade para a comunidade escolar contribuir com a escola e juntos melhorarem cada vez mais a qualidade da educação de seus alunos.

Segundo os autores já citados, fica claro para todos que são muitos os aspectos positivos da implantação dos conselhos escolares e estes são visíveis nas instituições que contam com este órgão, pois se percebe que as decisões refletem a pluralidade de interesses de todos os segmentos da escola, as ações desenvolvidas têm mais legitimidade, há maior fiscalização e controle da comunidade sobre a execução da política pública, as decisões tomadas são mais transparentes, estas são realmente coletivas e cria-se um espaço de discussão coletivizada dos segmentos a fim de se buscar soluções.

Entretanto, para que essa participação seja efetivada, é necessário escolher bem os representantes que farão parte deste conselho, percebendo se estes são comprometidos com a educação e com os interesses da escola. Cabe ao gestor saber gerenciar estes encontros mobilizando a comunidade escolar a fim de mostrar-lhes qual é o verdadeiro papel dos conselhos nas escolas.

Como podem ver os mesmos deixam evidente que o Conselho Escolar⁵ é muito importante para a busca de transformação no cotidiano escolar,

⁵ Conselho Escolar-órgão colegiado e desenvolve as funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras.

transformações essas orientadas pelo anseio de construção de uma sociedade mais justa e igualitária viabilizando sempre a participação de todos os envolvidos com a educação. Garantir que todos sejam ouvidos e possam se fazer valer de seus direitos, sem deixar em questão seus deveres de cidadão.

Uma das funções mais relevantes do conselho é a participação na essência do trabalho escolar acompanhando o desenvolvimento da prática educativa e do processo ensino-aprendizagem. Atualmente encontramos pais resistentes quanto ao desenvolvimento escolar dos filhos, pois acreditam que pouco podem contribuir com a educação dos filhos e o pouco que sabem não é relevante para a escola.

É preciso valorizar a integração do saber do estudante e do patrimônio cultural da comunidade na prática educativa da escola, o acompanhamento e o apoio para que isso ocorra é uma das atribuições mais importantes da escola. Ela deve proporcionar o encontro dos saberes a coletivização da comunidade escolar e isso não é tarefa fácil. Este encontro de saberes ocorre no respeito mútuo e no confronto de idéias, de opiniões, respeitando os saberes diferentes, construídos nas diversas relações sociais para a ampliação e aprimoramento dos mesmos. (Programa Nacional de Fortalecimento aos Conselhos Escolares; CADERNO 2, 2004, p.52)

Segundo o caderno nota-se que se a prática educativa da escola não levar em consideração o conhecimento e a cultura do estudante, esta acabará promovendo a pedagogia da exclusão e para isso o conselho deve estar vigilante e sempre atento, no intuito de identificar e sanar as práticas excludentes. Percebe-se que a prática educativa tem a função de contribuir para que o estudante amplie seu conhecimento e a capacidade de descobrir, criar, criticar, questionar sobre a realidade e transformá-la. A família poderá contribuir para que este crescimento aconteça desde que se envolva com as questões escolares dos filhos e cobre da instituição escolar o seu real papel.

O conselho poderá indicar os mecanismos necessários para que ocorra a transformações na prática educativa escolar, discutir e delimitar o tipo de educação a ser desenvolvido na escola tornando-a uma prática democrática comprometida com a qualidade, pois o que se deseja não é uma produção em escala, mas a diferenciação da "produção". Se o educando se sentir útil dentro da instituição escolar percebendo que seus desejos e experiências são relevantes este jamais contribuirá com o aumento da evasão e exclusão social.

Um dos desafios que se apresentam ao Conselho Escolar é aprender a construir uma forma de lidar com as diferenças que marcam os sujeitos que estão envolvidos no processo educativo, garantindo não somente o respeito a essas diferenças, mas abrindo espaço para que cada um possa demonstrar e ser atendido nas suas necessidades e potencialidades. Lidar com as diferenças não é aceitar as desigualdades sociais. (Programa Nacional de Fortalecimento aos Conselhos Escolares; CADERNO 2, 2004, p.23)

De acordo com a citação, realmente é muito difícil saber lidar com as diferenças dos indivíduos, sobretudo criar situações que propiciem a exposição desta diversidade de opiniões no processo educativo, pois podemos observar em nosso cotidiano que, muitas pessoas envolvidas com o contexto escolar confundem liberdade de expressão com conveniência, com libertinagem e muitas vezes causam conflitos indesejáveis dentro da escola.

Cabe ao Conselho ter discernimento e promover situações de reflexão, pois reproduz tanto às relações econômicas quanto as relações sociais que ocorrem na sociedade, com todas as suas contradições e contribuições, por isso, nenhum é mais ou menos importante que o outro neste processo de transformação.

“Todos são capazes e apresentam potencialidades que devem ser respeitadas e valorizadas, afinal devemos respeitar o próximo e considerá-lo como agente imprescindível desta transformação”.(Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, CADERNO 3).

O documento⁶ citado relata que o Conselho poderá construir e desenvolver o papel de mediador desses conflitos através de trocas de idéias, oportunizando espaço para debates ressaltando que toda essa discussão deve chegar ao único e mesmo objetivo, o educando, e proporcionar o bem-estar do mesmo no ambiente escolar, sobretudo porque estarão contribuindo com a formação deste e permitindo que ele permaneça na escola.

Ressalta que o respeito ao pluralismo⁷ deve ser garantido no ambiente democrático da escola. É preciso romper barreiras impostas historicamente e que vêm desconsiderando a diversidade social do nosso país. Daí a importância de se criar condições para que o aluno desenvolva suas potencialidades e se considere tão importante quanto ao gestor dentro da escola, pois um depende do outro neste crescimento social e na busca pela qualidade da educação.

⁶ Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – Esse programa atuará em regime de colaboração com os sistemas de ensino, visando fomentar a implantação e o fortalecimento de Conselhos Escolares nas escolas públicas de educação básica.

⁷ Ser pluralista, porque admite correntes de pensamento divergentes com respeito à diversidade, ao diferente.

Repensar a prática educativa é um dos papéis do Conselho, se todos têm sua devida importância dentro do processo educativo, sua potencialidade, sua contribuição, então por que a unidade escolar é tão fragmentada ao ponto de os alunos, funcionários e pais se acharem menos significativos neste processo? Preferindo participar “de fora” mesmo sem muito envolvimento, pois afinal a maioria não tem estudo e o que sabem é não será relevante para aprendizagem dos alunos.

Penso que isso não deveria acontecer dentro de uma escola, uma vez que se deve considerar a instituição escolar como uma “unidade do trabalho escolar”, e não como costumamos vê-la, ou seja, fragmentando suas atividades escolares executando ações desconectadas e não trocam experiências entre si, o que acaba sendo um ponto negativo na busca da coletivização de saberes. Com esta fragmentação, os sujeitos perdem a noção do todo perdendo a dimensão do saber viver em sociedade, individualizando seus desejos e lutas.

Segundo relatos dos cadernos, a participação dos segmentos nos Conselhos Escolares, estes têm a oportunidade de planejarem coletivamente garantindo a visão do todo, mesmo que executando apenas parte do planejado, mas verão o resultado atingir o todo, participando da prática educativa e, portanto, de alguma forma tornando-se também educadores, considerando que a prática educativa deve ser um todo com partes que se articulam.

Sendo assim, dirigir e coordenar significa assumir no grupo a responsabilidade por fazer a escola funcionar, mediante o trabalho conjunto fortalecendo o processo democrático educacional. Dentro desta perspectiva a gestão passa a ser um processo de partilha fazendo dos outros fundamentos da administração educacional, ineficazes e insuficientes para o trabalho do gestor que busca a participação de todos na escola.

A passividade de muitos é revelada nas ações cotidianas, da escola. A gestão participativa demanda responsabilidades – além da opinião, demanda comprometimento; historicamente, a educação foi organizada de forma que a participação dos docentes na área administrativa e de tomada de decisões fosse mínima – as decisões eram tomadas e gabinetes e executadas no ambiente escolar. (GARCIA, Jemima G. Barreira Cavalcante. **Uma construção de gestão participativa no âmbito escolar**. Revista Gestão em rede. Brasília: Consed, 2008.)

De acordo com a autora, entende-se por gestão democrática a participação nas decisões, bem como na execução das decisões relativas ao projeto escolar; no

entanto o que observamos no cotidiano escolar é a participação “amarrada”, “obrigada”, pois se vê diretores e coordenadores na busca constante da participação dos professores nestas decisões. A participação, antes de contemplar responsabilidades, demanda além de opiniões, comprometimento dos professores, envolvimento dos mesmos com o ambiente escolar sem deixar de cumprirem com suas atribuições.

A autora ressalta que há algum tempo atrás, num período não muito distante, a educação era organizada de forma que a participação dos docentes na área administrativa e nas tomadas de decisões fosse mínima; pois estas eram decididas em gabinetes e executadas no ambiente escolar, os professores só tomavam conhecimento depois de tudo pronto.

Pensando no que foi relatado pela autora podemos dizer que, atualmente esta realidade mudou, ou pelo menos se deseja mudar, porque a permanente formação do profissional possibilitou maior discussão dentro da escola em relação à participação na gestão escolar, os educadores estão mais cientes de seus direitos de decisão e da importância que ele tem para contribuir com o ambiente escolar.

No entanto, ainda há uma grande parcela de professores que necessitam se engajarem mais com os assuntos da instituição escolar e às vezes preferem ser coniventes a participar e opinar, pois assim não estarão contrariando ninguém e muito menos se indispondo com a direção, executam o que os outros decidem e pronto.

Ainda segundo as considerações da autora acredito que cabe ao gestor hoje, possibilitar a participação de todos os envolvidos com a educação e mostrar que é necessário também assumir juntos sucessos e fracassos da equipe, opositivo e o negativo, para daí crescer de forma conjunta.

Mas não podemos fechar os olhos e acreditar que atualmente a maioria das escolas contempla a gestão democrática, pois ainda há instituições as quais o diretor é o detentor do poder e a ele cabem todas as decisões, desconsiderando a opinião dos outros e com isso acaba prejudicando o pedagógico, pois todos os envolvidos com a educação passam a trabalharem insatisfeitos gerando o ambiente insatisfeito com uma educação insatisfatória.

Há que se buscar perspectivas de mudanças coletivas na escola, com o intuito de somar responsabilidades e deveres, partindo de objetivos coletivamente estabelecidos.

Muitas instituições ainda “sofrem” com o autoritarismo dos gestores, sentindo-se oprimidos e sem o direito de defesa, como se estivessem no “banco dos réus” constantemente, e para este profissional fica mais difícil aceitar que é possível participar sim das decisões da direção e principalmente contribuir com os destinos dos recursos financeiros da escola. (GARCIA, Jemima G. Barreira Cavalcante. **Uma construção de gestão participativa no âmbito escolar**. Revista Gestão em rede. Brasília: Consed, 2008.)

Na escola que trabalho esta realidade de autoritarismo está muito longe e todos os segmentos participam ativamente da gestão, principalmente contribuindo com sugestões de como gastar a verba do PDDE⁸ e auxiliando a equipe quanto ao pedagógico da mesma. Ocorre que esta participação acontecia somente via APMF⁹, mas agora a instituição já conta com o apoio do Conselho Escolar nas tomadas de decisões.

Pode-se dizer que em certos espaços escolares a gestão democrática acontece de fato, porém a participação dos órgãos escolares é realizada de maneira parcial, sem muita atuação, talvez por comodismo.

A partir do momento em que for trabalhada com todos os segmentos da escola a importância da participação no contexto escolar e que esta participação poderá ser representada por um órgão colegiado de força e poder, ficará mais fácil o envolvimento dos mesmos com o ambiente escolar.

De acordo com a autora, ainda há que pensar e muito no modo de agir dos gestores atuais, uma vez que a gestão democrática pressupõe a participação nas decisões e na execução das ações relativas ao projeto escolar e que a realidade da sociedade atual também mudou e exige mais dos dirigentes.

“a gestão escolar promove a redistribuição das responsabilidades que objetivam intensificar a legitimidade do sistema escolar”. Pensando nisso, basta conhecer como essa redistribuição se fará, em que perspectiva esse comprometimento acontecerá na escola. (LÜCK, 2002, p.14),

⁸- (PDDE) Programa Dinheiro Direto na Escola – A diretora deixa aberto para todos os envolvidos com a escola, quais aquisições serão necessárias para aquele momento.

⁹ - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola – Este órgão é muito participativo nas decisões da escola e também colaboram com as aquisições do PDDE.

3. ANÁLISE DO ESTUDO

Pressupondo que a educação necessita constantemente ser ressignificada e concomitantemente a lei deva se fazer valer nas instituições escolares, a Secretaria de Educação do município de Rolândia em parceria com as escolas municipais, proporcionou às equipes pedagógicas, docentes e funcionários de escolas da rede municipal de ensino, uma formação embasada no estudo sobre os Conselhos Escolares.

Esta aconteceu nas escolas, cada instituição teve a liberdade de escolher como seria feita essa formação e como seria feita a utilização do material enviado pela Secretaria para as escolas.

Este estudo veio contribuir para a reflexão de nossa realidade, sobretudo porque nossa comunidade escolar ainda sente dificuldade em entender seus direitos e deveres, bem como quais os caminhos que coletivamente devemos tomar para atingirmos a excelência no ensino. Muitos gestores da rede municipal de ensino desconheciam este órgão e quando este lhes foi “apresentado”, surgiu certo medo por parte destes profissionais, que se viram perdidos, se perguntando: Quer dizer que não “mandamos” mais em nada? Até um funcionário dirá o que tenho que fazer? E sabe-se que não é bem assim.

Vários estudiosos já escreveram a respeito do tema “gestão democrática”. Nos documentos oficiais, como a Constituição Federal /88 e a LDB 9394/96 está explícita, como já sabemos, a importância e a necessidade do compromisso dos organismos escolares, para que de fato aconteça uma gestão coerente com as reais necessidades da instituição escolar.

Partindo desta conjectura, foram realizados grupos de estudo para leitura sobre o material Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, ofertado pela Prefeitura do Município de Rolândia e após as leituras os textos eram discutidos, analisados para em seguida os grupos fazerem uma reflexão e resumirem o material de acordo com aquilo que lhes era mais relevante.

Ao formarem os grupos, os docentes deixam claro que sempre se unem de acordo com as afinidades e penso que, para a eficácia do Conselho este deve ter esta mesma afinidade entre seus membros, já que este visa valorizar e respeitar a pluralidade dos mesmos.



Foto 1: Estudo da equipe para repasse.

Em seguida os mesmos escolhiam a forma de expor este trabalho e apresentavam para os demais colegas da escola, os quais poderiam ou não fazer-lhes perguntas e até mesmo algumas considerações sobre o assunto.

Após as explicações, todos analisavam os temas discutidos, refletiam juntos sobre o assunto e registravam suas impressões sobre o tema abordado. Pudemos perceber que muitos docentes desconheciam a origem do órgão Conselho Escolar e tampouco suas contribuições para com a escola. Outros até conheciam sua existência, porém, não tinham muito claro qual sua real função dentro da instituição escolar.

“Atualmente, a formação permanente do profissional é muito importante em relação à participação na gestão escolar, pois se discute muito, na própria escola, sobre gestão e participação; porém, ainda se encontra resistência, quanto à necessidade de formação permanente e do engajamento à participação efetiva. (GARCIA, 2008, p. 9)

Ao realizar este trabalho, pude ver claramente que segundo a autora há necessidade de se atualizar, de buscar novos conhecimentos e não se acomodar diante das transformações sociais, pois muitas vezes perdemos por desconhecer.

Durante as discussões e apresentações dos grupos observei que alguns professores temem o desconhecido e não se arriscam muito em opinar, em contrapartida, há aqueles que sempre conhecem seus direitos de participação e os requerem.



Após a semana de formação dos docentes e funcionários, os grupos elaboraram resumos dos textos lidos com suas considerações, os quais foram enviados à Secretaria de Educação do Município.

Algumas considerações dos docentes e funcionários:

- ❖ “O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação da educação e da escola, reúne professores, diretores, funcionários, pais estudantes e outros representantes da comunidade.”(GRUPO 1)
- ❖ “Cabe ao Conselho analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Ele representa as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos.” (GRUPO 2)
- ❖ “A instituição deste órgão colegiado contribui para o processo democrático de decisão de direitos e responsabilidades no processo de gestão escolar, levando em conta as normas do sistema de ensino em vigor.” 9GRUPO 3)

- ❖ “O Conselho poderá contribuir para fiscalizar, analisar, deliberar e decidir sobre questões pertinentes ao ensino e melhoria da qualidade de educação” (GRUPO 4)

Ao trabalhar com os grupos de professores e funcionários observei que os mesmos se interagiram bem, porém os funcionários ainda não assimilam muito bem o assunto Conselho Escolar, então ficou ao encargo dos docentes este entrosamento e troca de idéias. O que resultou em parceria e cumplicidade de ambas as partes, uma vez que uma não se faz sem a outra.

Depois de todo este trabalho apresentado pelos segmentos da escola, a equipe pedagógica revelou que necessitaríamos montar um Conselho Escolar, não simplesmente para se fazer cumprir uma lei, mas para contarmos também com mais um órgão colegiado como aliado. Uma escola não pode estar distante da realidade de sua comunidade escolar, esta deve contribuir e apoiar as decisões das instituições.

A equipe expôs que a escolha dos membros do Conselho poderia ser feita por aclamação ou por eleição entre os membros de cada segmento, sendo que estes deveriam ter titular e suplente. É claro que surgiram dúvidas e algum rumor de representatividade, porém ficou bem claro que a votação não poderia ser induzida e que teriam que escolher os membros¹⁰ de acordo com a disponibilidade e comprometimento do mesmo, não escolher alguém por simples afinidade.

“A passividade de muitos é revelada nas ações cotidianas, da escola” (GARCIA, 2008, p. 9) e refletindo sobre o que a autora salientou, penso que a escolha de um membro do Conselho deve ser muito bem pensada, pois este não pode ser omissor, passivo e se deixar influenciar pelo interesse da minoria. Durante a eleição este ponto foi muito bem esclarecido pela equipe.

Então os professores se reuniram em uma sala de aula e decidiram como procederia a eleição de seus futuros representantes no Conselho Escolar.

Segundo os docentes, a professora eleita é muito comprometida com a educação dos alunos e fará uma ótima participação no Conselho Escolar, pois

¹⁰ - Escolher os membros do Conselho pela possibilidade de efetiva participação: o importante é a representatividade, a disponibilidade e o compromisso; é saber ouvir e dialogar, assumindo a responsabilidade de acatar e representar as decisões da maioria, sem nunca desistir de dar opiniões e apresentar suas propostas. (Programa Nacional de Fortalecimento aos Conselhos Escolares; CADERNO 1, 2004, p.45)

acreditam que a partir de agora com a instituição deste órgão em nossa escola, os representantes de professores poderão discutir mais de perto as realidades da escola, bem como da comunidade escolar, já que no dia a dia, esta experiência acaba ficando um tanto quanto distante devido ao corre-corre do trabalho.

“O Conselho Escolar é um órgão colegiado, no qual participam a comunidade escolar e local. O Conselho escolar, em sintonia com a administração da escola, visa tomar decisões coletivas nas áreas administrativas, financeiras e político-pedagógica. (MEC, SEB,2004:16)

No entanto, sabe-se que diferentes visões estão presentes no cotidiano da instituição escolar e os órgãos democráticos, por sua vez, têm que saber lidar com esses desafios que dificultam a participação e o convívio da equipe. A nossa realidade é muito boa, pois estes conflitos são sempre muito bem resolvidos, pois a gestão dá abertura a todos os segmentos e a participação é maciça.



Figura 2: Reunião e eleição dos docentes.

Percebeu-se no decorrer dos estudos que a maioria dos docentes está realmente entusiasmada para contribuir mais de perto com as tomadas de decisões da instituição escolar e acreditam que poderão se aproximar mais dos demais segmentos da escola, através de encontros periódicos.

Feito a escolha do representante de professores, seguiu-se para a eleição, na qual os funcionários escolheriam seus representantes. Realizou-se uma pequena conversa para alguns ajustes e possíveis esclarecimentos, para em seguida dar início à eleição.

Como já era de se esperar, nenhum funcionário se pronunciou, segundo eles isso acontece devido ao medo, por terem pouco estudo ou até mesmo por se acharem menos importante que os demais membros da escola, uma vez que não têm formação.

Não podemos deixar de citar também, que muitas vezes, a falta de interesse de alguns representantes dos segmentos da escola, em participar de qualquer órgão colegiado que seja, se dá devido à má vontade de sair de casa para participar de reuniões, uma vez que estas ocorrem normalmente no período da noite.

No caso da escolha de funcionários da escola para representação no Conselho, o secretário foi o mais votado, certamente por ter mais estudo que os demais colegas de trabalho, o que para nós, isso só vem a se comprovar, pois estes acreditam que para representá-los será necessário alguém com mais estudo, com maior facilidade em dialogar e expõe idéias.

Os funcionários da escola sempre contribuem com suas experiências e durante a votação percebeu-se que os mais experientes são sempre bem quistos pelos demais colegas de trabalho. Todos têm consciência de que para representá-los, não basta vencer a eleição, mas sim saber representá-los de acordo com seus interesses.



Figura 3: Discussão e eleição dos funcionários.

Após a eleição todos os segmentos da instituição voltaram para uma última discussão e troca de expectativas quanto a o que fazer a partir de agora, já que estão efetivamente eleitos, e qual o primeiro passo a ser tomado. Conhecer como

essa distribuição de responsabilidades acontece, em que perspectiva esse comprometimento realmente existe na escola é a reflexão que se propõe.¹¹

Embora possa parecer um contraponto aos desejos e aspirações democráticas, o resgate desse sujeito, não habilitado a participar, a ponto de preferir receber coisas prontas ao invés de tentar construí-las, atualmente ainda é uma das grandes dificuldades e desafios nas comunidades escolares.

É visível em nossa realidade de trabalho o entrosamento dos funcionários com os demais segmentos da instituição, até mesmo quanto ao que diz respeito às sugestões quando necessárias, mas também é fácil observar que, alguns esperam pelos outros em certas atitudes e decisões, incumbindo ao colega de trabalho algo que ele mesmo poderia tomar frente.

Dentro desta participação não poderíamos esquecer da parte mais interessada de todo este processo de transformação social, que é exclusivamente o educando e sua aprendizagem. Devendo esta ser significativa e relevante para sua vida em sociedade.

Foi realizado um trabalho pelo qual se buscou esclarecer aos educandos seu real papel dentro da escola e que os mesmos poderiam fazer parte das decisões e escolhas desta e que passarão a defender seus interesses, principalmente no que se refere ao trabalho pedagógico.

Esclarecemos a todos os alunos da instituição escolar, o que é o Conselho Escolar, quais suas funções, quais são seus representantes e quais seriam as contribuições que este órgão traria para a escola assim que fosse constituído e começasse a participar das decisões da instituição.

Os alunos ficaram entusiasmados e logo surgiram as primeiras perguntas: Qual aluno poderá participar do Conselho? Os pais precisam autorizar? Nós também participaremos das reuniões à noite? Enfim, as perguntas foram todas respondidas e então demos continuidade à eleição.

Nos dois períodos, tanto no matutino como no vespertino, surgiram dois candidatos por aclamação. Devido a este número de interessados, fizemos a eleição entre os alunos que representavam o 2º ano do 1º ciclo e o 2º ano do 2º ciclo, sendo estes participativos e de representatividade dentro da sala de aula, ambos bons alunos.

¹¹ - “ A gestão escolar promove a redistribuição das responsabilidades que objetivam intensificar a legitimidade do sistema escolar”. (LÜCK 2002, P.14)

O trabalho de conscientização dos estudantes revelou que os pequenos já sabem escolher seus representantes e querem sim participar da vida da escola, bem como poder ajudar nas decisões da escola, pois quando indagados sobre estes assuntos, a maioria soube responder prontamente quais são seus interesses. Eles ficaram muito felizes em saber que um amigo se sua turma faria parte do Conselho Escolar e representariam, sobretudo, a classe dos alunos.

Após as eleições, os pais dos alunos eleitos foram consultados e autorizaram a participação dos mesmos neste órgão, ficando cientes de que também participariam das reuniões junto com seus filhos, uma vez que estes são menores. É de suma importância ressaltar que neste caso, o que vale sempre é o interesse do aluno e não a vontade do pai, nas decisões do Conselho, pois este já terá sua representatividade em seu segmento.

Quando passamos de sala em sala para mostrar aos demais alunos o resultado da votação e quais foram os educandos eleitos, via-se claramente a alegria dos alunos escolhidos, parecia que faziam parte da “câmara de vereadores”, se acharam muito importantes, se comportaram como se fossem celebridades da escola.

“Eu sempre quis fazer parte de um grupo que ajudasse a escola e agora poderei realizar meu sonho participando deste Conselho que eu ainda terei que estudar muito para entender certinho sua função”. (Relato do aluno eleito)

A família do aluno acima é muito comprometida e relatou que o aluno está ansioso em poder contribuir diretamente com o funcionamento da escola.

Para a equipe este comportamento foi muito gratificante, pois mostrou que os alunos também são interessados pelos assuntos da escola e querem realmente participar e contribuir com o bom andamento da escola. Sabem que o Conselho Escolar irá valorizar o seu saber e sua cultura e o interesse de sua comunidade, o que há tempos atrás não era muito relevante no cotidiano escolar.

Eleito o segmento dos alunos, partiu-se para a escolha dos pais que iriam participar do Conselho Escolar e assim poder ajudar no processo de democratização do ensino. Esta escolha seria muito difícil, sobretudo porque muitos pais de nossa escola sempre estão dispostos a ajudar no cotidiano educacional e contribuem constantemente com a gestão.

Uma reunião foi marcada com a APMF e a presença dos pais foi significativa, inclusive dos docentes. A equipe apresentou um trabalho de esclarecimento e conscientização sobre o Conselho Escolar, explanou sobre o assunto e tirou dúvidas que iam surgindo conforme o decorrer da palestra. Enfatizou-se que este órgão é formado pelos mesmos interesses políticos e sociais, é construído fortalecido a partir do confronto de idéias, bem como mobilização e articulação política.

A participação dos pais na reunião foi muito proveitosa e quando foi perguntado quais os pais que se interessavam em participar da escolha deste segmento no Conselho, muitos se levantaram. Prosseguiu-se com a eleição, pois esclarecemos que apenas dois pais fariam parte deste órgão, sendo estes o titular e o suplente.

A votação transcorreu tranquilamente e após alguns minutos os votos foram apurados e o resultado revelado. Como já era de se esperar, duas mães foram escolhidas, uma vez que apenas um pai se interessou em concorrer, pois as mães são mais presentes na vida escolar das crianças de nossa escola.

As mães se comprometeram em fazer o melhor pela escola e ficaram felizes por terem a credibilidade dos demais pais ali presentes. Sabem que a partir de agora o interesse do coletivo prevalecerá e não somente o seu interesse e/ou de seus filhos deverá ser levado em consideração.

Feito todo este trabalho de esclarecimento, discussão e conscientização de todos os segmentos da escola, prosseguiu-se com a divulgação da constituição do Conselho Escolar de todas as escolas municipais no diário oficial da cidade e a posse destes Conselhos aconteceu no mês de dezembro com todos os representantes, autoridades convidadas, secretário da educação e prefeito municipal.

Foi um encontro grandioso e de suma importância para o progresso da educação de Rolândia. Cartilhas foram entregues a todos os presentes para poderem entender melhor todo este processo de construção. Estas foram elaboradas pelas equipes gestoras das escolas e utilizado um fala clara que possibilite a compreensão de todos.

Cumpria-se ali uma constituição e simultaneamente sentia-se o dever de um papel cumprido, o resultado de um longo trabalho, mas muito gratificante, pois sabe-se que quem ganharão serão nossos alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para melhorar a qualidade do ensino e assim elevar o desempenho do trabalho cotidiano, a escola busca espaço em uma sociedade de conflitos, adequando-se à nova forma de gerir seus recursos. A gestão democrática entendida como processo de aprendizado remete-nos a pensar a forma como se consolida, na prática social e nas diversas concepções que permeiam a comunidade que a constrói. Nesse sentido não é tão difícil entender os desafios que necessitam ser enfrentados.

O desafio de materializar a tão sonhada autonomia delegada às escolas públicas pela LDB, mediante instrumentos de participação coletiva, perpassa a intencionalidade de fatores e elementos preponderantes, dentre os quais o aspecto legal, o trabalho do professor e a atuação do gestor.

Este trabalho não representa uma nova revelação, mas confirma a inegável importância do Conselho Escolar no estabelecimento de uma gestão democrática e de uma educação pública de qualidade. Ele tem o mérito de suscitar e alimentar o debate sobre a possibilidade de ampliação dos espaços de participação dos atores locais nos processos de decisões da escola.

Viabiliza a participação de todos na construção de uma escola mais justa e igualitária, a qual respeita a pluralidade e a realidade social de todos os envolvidos com o processo de ensino. Uma das vias para avançar na construção dos processos participativos de gestão é sem dúvida, problematizar o instituído com vistas a conceber e materializar coletivamente novas formas democráticas de gestão que permitam à escola ser espaço de formação de cidadãos críticos, participativos e comprometidos com a transformação social, ou seja, construir sujeitos sociais. Sabe-se que a educação exige relações e que não há aprendizagem por meio de coerção, assim é necessário o consentimento do aluno, mesmo porque a natureza do trabalho pedagógico é pública, pois precisa de relações humanas para acontecer.

O gestor consciente proporciona um trabalho conjunto entre equipe pedagógica, funcionários, alunos e comunidade externa, o qual possibilitará a formação do indivíduo para a socialização do mesmo em todos os contextos sociais. Estes serão capazes de se relacionar e discutir sobre questões do seu cotidiano e poderá interferir no seu destino, sabendo o que é ou não relevante em sua educação para projetá-lo na vida em sociedade.

Portanto, o Conselho Escolar constitui-se um meio importante de exercício da cidadania no controle social das atividades da escola, possibilita maior distribuição do poder, bem como garante o fortalecimento dos princípios democráticos por meio do convívio com a pluralidade que compõe o ambiente escolar.

Ele transforma realidades e assegura a participação de todos no processo da melhoria da qualidade de ensino, uma vez que reflete o interesse de todos e prioriza o coletivo, algo tão almejado nos últimos tempos.

Após todo trabalho desenvolvido, pode-se dizer com clareza que em nossa instituição escolar esta experiência será muito boa, uma vez que segundo relato de todos os envolvidos com a educação, foi constatou-se que este Conselho só virá a confirmar que uma instituição na qual a participação é respeitada o ensino só tende a progredir e a dar certo.

Essa é a realidade que muitas escolas estão buscando alcançar e que em nossa realidade já está acontecendo, graças ao trabalho de uma equipe unida e comprometida que fará de tudo para que o Conselho só venha a acrescentar e somar forças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Márcia Angela da Silva ET AL. **Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**. Brasília: MEC, SEB, 2004. (Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 4).

APPLE, Michael W., BEANE, James (org.). **Escolas Democráticas**. Tradução: **Dinah de Abreu Azevedo**. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: RIDLL, 1999.

BOBBIO, Norberto. **O futuro democracia**. Tradução: Marcos Aurélio Nogueiro. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da educação: o município e a escola.** In: FERREIRA, Naura S. Carapeto; AGUIAR, Márcia (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade operacional.** In Folha de S. Paulo, 09/05/1999, p. 5-3. São Paulo, 1999.

GRACINDO, Regina Vinhaes ET AL. **Conselho escolar e aprendizagem na escola.** Brasília: MEC, SEB, 2004. (Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2).

Gestão em Rede: Para fortalecer os Conselhos Escolares. Consed, agosto, nº792007. Brasília.

Gestão em Rede: Competência é a Base do Trabalho do Gestor Escolar. Consed, setembro, nº88,2008. Brasília.

Gestão em Rede: O papel do projeto político –pedagógico na gestão democrática da Escola. Consed, setembro, nº88,2008. Brasília.

Gestão em Rede: Gestão participativa no âmbito escolar. Consed, setembro, nº87,2008. Brasília.

Gestão em Rede: As relações de poder no processo de gestão. Consed, abril, nº76,2007. Brasília.

NÓVOA, Antonio (org.). **As organizações escolares em análises.** Lisboa: Nova Enciclopédia, 1998.

PARO, Vitor. **Qualidade do Ensino: a contribuição dos pais.** São Paulo: Xamã, 2000.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania.** Caderno 1. Brasília, novembro de 2004.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: **Conselho Escolar e a aprendizagem a escola.** Caderno 2. Brasília, novembro de 2004.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares:**Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade.** Caderno 2.Brasília, novembro de 2004.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares:**Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico.** Caderno 2.Brasília, novembro de 2004.

Escolas Democráticas/ Michael Apple, James Beane, (organizadores); revisão técnica de Regina Leite Garcia; tradução Dinah de Abreu Azevedo,São Paulo.Ed, Cortez 1997.

Retrato da Escola. Brasília: Financiamento e Gestão, Dossiê da Educação Básica, v 3, 2009.

Gestão em Rede: **O sentido “colegiado” do Conselho Escolar.** Consed, agosto, nº792007. Brasília.

SANTOS GUERRA, Miguel Ángela. **Entre bastidores: El lado oculto de La organización escolar.** Archidona/España: Aljibe, 1994.

SILVA, Jair Militão da. **A autonomia da escola pública: a re-humanização da escola.** Campinas: Papyrus, 1996.

_____; AGUIAR, Márcia Angela da Silva (Org.). **Gestão da educação: impasses, perpectivas e compromissos.** 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.